

Maria Carlota Rosa

Introdução à morfologia



editora**contexto**

☞ Aronoff (1976) e Basílio (1980) têm soluções diferentes para focalizar a (im)produtividade. Para Aronoff, as RFPs dão conta de tudo, uma vez que há um contínuo de produtividade. Para Basílio, fenômenos produtivos são descritos por RFPs, ao passo que a análise estrutural (de lexemas formados por regras produtivas ou não) ficam a cargo de **Regras de Análise de Estrutura** (ou RAEs).

Para Basílio, uma RFP tem como contraparte uma RAE. Assim, a par da RFP em (6.1), aqui repetida por conveniência, haveria uma RAE, que representa a possibilidade de o falante reconhecer a estrutura de formações em *-ção*:

RFP: $[X]_V \rightarrow [[X]_V -ção]_N$

RAE: $[[X]_V -ção]_N$

Quando dizemos que conhecemos uma palavra, dominamos, porém, mais do que a relação entre uma cadeia sonora e um significado, ou, no caso de uma palavra complexa, sua estrutura. Dominamos, também, as variações que abrangem as classes de palavras como um todo e que “completam uma palavra pela marcação de suas relações no interior de estruturas mais amplas” (Anderson, 1985b: 162). Estamos falando da flexão. Mais especificamente: um lexema pode combinar-se com propriedades morfossintáticas. É este o tema dos dois capítulos a seguir.

7

Classes de palavras, tipos de significado e questões relacionadas

7.1. Introdução

A tradição gramatical greco-latina reconheceu na palavra características de três tipos: (a) semânticas, que nos deram definições como *o substantivo é a palavra que nomeia os seres*, ou como questões acerca de quais os elementos que podem ser suprimidos do enunciado mantendo-se, ainda assim, uma estrutura com significado; (b) morfológicas, como, por exemplo, o reconhecimento de que o nome pode flexionar-se em Gênero, Número e Caso, mas não em Tempo, Modo ou Voz; e (c) sintáticas, como a identificação de que o nome, mas não o verbo, pode funcionar como sujeito, além de questões variadas acerca dos fenômenos de *concordância e regência*. Em decorrência desse feixe de propriedades semânticas, morfológicas e sintáticas as palavras foram distribuídas em *classes de palavras*, ou, na nomenclatura tradicional, em *partes do discurso*.



O termo **categoria** também costuma ser empregado no sentido de *classe*. Nos trabalhos sobre sintaxe, **categoria** designa os constituintes de uma expressão linguística. É, por conseguinte, um termo mais amplo que *parte do discurso*, porque abrange tanto nomes, verbos, adjetivos, como posições numa estrutura, elementos abstratos, como as *categorias vazias ou pro* (que representa o sujeito nulo de línguas como o português). A denominação *categoria* representa ainda propriedades de um sistema flexional, tais como T(empo) ou Agr (abreviação do termo inglês para Concordância).

Nos trabalhos sobre morfologia, **categoria** costuma manter o significado mais tradicional, de *conjunto de propriedades que se associa a determinada parte do discurso*, como Caso, Pessoa, Tempo, Modo, Aspecto, Voz, Gênero, Número...

Em consequência da tradição gramatical, habituamo-nos a considerar as palavras do português como pertencentes a dez *classes de palavras* – **nome, artigo, adjetivo, pronome, numeral, verbo, advérbio, preposição, conjunção,**

interjeição, também presentes nas descrições tradicionais do grego clássico, do francês, do inglês, do espanhol –, e a vê-las, por essa razão, como o inventário das classes universais que, uma vez estabelecidas, deveriam estar sempre presentes nas descrições de toda e qualquer língua. Em línguas distintas, reconhecemos uma classe como a mesma com base em critérios gramaticais particulares a cada língua: embora o nome em inglês (e também em português), por exemplo, seja em grande parte identificado pela coocorrência com o artigo, em latim, que não tem artigos, distingue-se fundamentalmente pelas marcas flexionais (Dixon, 1977: 19).

Nem sempre, porém, essas dez classes podem ser detectadas numa língua. Já havíamos percebido isso nas primeiras aulas de Latim: não havia nada semelhante aos artigos do português (exemplo em Nóbrega, 1959: 20):

(7.1) Mensae discipularum parvae sunt
 mesa-NOM-PL aluna-GEN-PL pequena-NOM-PL são

‘As mesas das alunas são pequenas’

Por conseguinte, não há motivo para espanto em descobrirmos que o iana, língua indígena norte-americana já extinta, de que Morris Swadesh fez um dicionário a partir do material deixado por Sapir (Sapir & Swadesh, 1960), contava apenas com nomes, verbos, umas “proclíticas relacionais” que incluíam marcadores de Caso e determinantes, além de um pequeno conjunto de interjeições. Em outro trabalho, Sapir (1921: 122 n43) afirmara que, nessa língua, “o adjetivo é um verbo. São-no igualmente os numerais, o pronome interrogativo [...] e certas conjunções e advérbios [...]. Os advérbios e as preposições são quer nomes, quer meros afixos na derivação do verbo”. A essa altura, qualquer crença na universalidade de um sistema de dez classes está desacreditada.

Talvez a única distinção universal entre classes seja aquela entre o verbo e o nome. Negada para o fijiano mas em especial a partir de dados das línguas mosan (que inclui as famílias wakashan, salishan e chimakuan), a distinção nome-verbo vem sendo reafirmada em reanálises dessas mesmas línguas: como nota Schachter (1985: 7), os contraexemplos que tais línguas fornecem parecem resumir-se a uma questão de dados incompletos e assim, forma-se o consenso de que, embora em línguas como o iana o nome e o verbo tenham “certos traços comuns que os aproximam um do outro numa medida que nos pareceria impossível”, “nenhuma língua prescinde totalmente da distinção entre nome e verbo” (Sapir, 1921: 122; ver também Dixon, 1977: 72n1).

☞ Um dos autores que negaram a universalidade da distinção entre nome e verbo foi Bloomfield (1933: 20). Ao defender a indução na análise linguística como meio de prevenir as distorções herdadas da tradição greco-latina, Bloomfield partia da hipótese de que todas as línguas são diferentes do latim, e afirmava que alguns “traços, como, por exemplo, a distinção entre palavras semelhantes a verbo e palavras semelhantes a nomes como diferentes partes do discurso são comuns a muitas línguas, mas não estão presentes em outras”.

Outro autor que seguiu pela mesma trilha foi Charles Hockett (1958: 274): “Pelo menos uma língua, o nutka, sabe-se que tem um sistema bipartite [de partes

do discurso, MCR]. Uma importância desse sistema é que ele invalida qualquer proposta de que o contraste entre nome e verbo seja universal no nível das partes do discurso”.

A análise do nutka foi revista por vários autores, que discordaram da afirmação de Hockett. Voltaremos adiante a este tema na seção 7.4.2.

Adjetivos, por exemplo, não constituem uma classe em todas as línguas, e o mesmo acontece com advérbios. O que não significa que em qualquer dessas línguas não se possam exprimir os significados que, em português, expressaríamos por meio dessas classes. Assim, dentre os vários mecanismos pelos quais algumas línguas – como o haússa, língua afro-asiática falada principalmente na Nigéria – podem expressar o atributo *inteligente* não é por meio de um adjetivo, como faz o português, mas pode ser por meio de: (a) uma construção de posse (que utiliza de *màì/màasú* ‘possuidor-SG/possuidor-PL’) com um substantivo abstrato (7.2a); ou (b) de uma construção nome – ‘conectivo’ – nome¹, algo como fazemos, no português, ao usarmos *homem de fortuna* no lugar de *homem rico* (7.2b):

(7.2) a. mutum *mai* *hankali* (Schachter, 1985: 15)
 pessoa tendo inteligência
 ‘pessoa inteligente’

b. *fári-n* *zánè* (Newman, 1990: 720)
 brancura-de roupa
 ‘roupa branca’

Os significados que identificamos normalmente como adverbiais em português podem, por sua vez, ser expressos, por exemplo, por verbos, como em haússa (7.3a – Schachter, 1985: 22), ou por sufixos que se prendem ao verbo, como em iana (7.3b – exemplos extraídos de Sapir & Swadesh, 1960):

(7.3) a. Ya fi ni hankali
 ele (PERF) ultrapassa me inteligência
 ‘ele é mais inteligente que eu’

b. -³ai ‘em fogo, em cinzas’
 -ca(a)- ‘à noite’
 -sgin- ‘pela manhã bem cedo’
 -xkid- ‘devagar’
 -xui- ‘com água, dentro da água’
 -ya(a)gal- ‘depressa’
 -yangu- ‘certamente’
 -3u- ‘frequentemente, de tempos em tempos’

¹ Realizado como -n, se o primeiro nome é MASC OU PL; -j, se o primeiro nome é FEM/SG (Newman, 1990: 720).

Se deixamos de lado as classes *maiores* ou *principais* – nome, verbo, adjetivo, advérbio –, no que toca às demais classes, as diferenças entre as línguas tornam-se bem mais evidentes. Talvez a única dentre estas últimas classes que parece ser universal seja a das *interjeições* (Schachter, 1985: 23). É interessante que assim seja, uma vez que, sintaticamente, as interjeições não costumam ter² relação com outras palavras do enunciado. Nossas gramáticas a definem tão somente como uma “espécie de grito com que traduzimos de modo vivo nossas emoções” (Cunha, 1972: 547).

Ademais, com o conhecimento adquirido a partir do estudo de línguas não indo-europeias, sabemos que alguns tipos de palavras não se ajustam bem a qualquer dessas classes. É o caso, por exemplo, dos *ideofones* (seção 7.5.12, adiante), reconhecidos primeiramente no estudo de línguas africanas como um tipo particular de advérbio de modo. Em línguas indígenas brasileiras como o uari³ e o hixkaryana⁴, por exemplo, os ideofones compartilham propriedades fonológicas com as interjeições (vide Derbyshire, 1985: 24; Everett & Kern, 1997: 427ss), o que os faz a ambos serem apresentados em conjunto nestas línguas.

Afora as diferenças entre as línguas, a historiografia linguística revela-nos diferenças no tocante aos esquemas classificatórios propostos para as palavras, e assim descobrimos que aquele esquema de dez classes que nos é familiar não prevaleceu nem mesmo na Antiguidade Clássica. Tampouco tiveram sempre acolhida algumas das distinções que nos acostumamos a considerar *naturais*.

Em suma: reconhecer que as palavras de qualquer língua podem ser organizadas em classes é algo aceito por quase toda a literatura linguística. Quantas e quais são, isto já é outra história, como veremos em seguida.

7.2. O número de partes do discurso

Até o estabelecimento do esquema “canônico” de oito classes, por volta do século II a.C., e mesmo depois disso, várias possibilidades de organização das palavras em classes foram aventadas nos chamados estudos tradicionais. Ilustramos em seguida parte dessas possibilidades com algumas das propostas da Antiguidade que foram relevantes para o pensamento ocidental.

² Interjeições como *oxalá*, *tomara* parecem constituir-se em exceção, uma vez que coocorrem com o Subjuntivo. Isto leva, porém, ao questionamento do *status* de interjeição, e a ver nelas a marcação de modalidade, isto é, da atitude do falante em relação ao que declara – no caso, indicam o desejo de que algo se realize.

³ O uari é uma língua indígena brasileira, falada em Rondônia, na fronteira com a Bolívia.

⁴ Língua caribe falada no Amazonas, na região dos rios Nhamundá, Mapuera e Jatapu.

Na *Arte Poética* (doravante *Poét.*), Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.) distingue **duas** classes: o *nome* e o *verbo* (*Poét.* 20, 8-9). Ambos são portadores de significado, mas seus componentes não têm significado⁵. Verbo e nome distinguem-se, respectivamente, pela presença ou ausência de Tempo⁶. Aristóteles reconhece ainda a *conjunção* e o *artigo* ou *articulação* (gr. *árthron*) também como elementos essenciais da elocução; no entanto não lhes reconhece significado, mas a função quer de atuarem como uma espécie de cimento na formação da proposição simples (isto é, de uma sentença que declara ou nega algo, e que é verdadeira ou falsa e que, por conseguinte, transmite significado), quer de identificador de unidades dentro do enunciado, como no caso do artigo. Não faz sentido, nesse sistema, incluir a conjunção ou o artigo no conjunto formado pelo nome e pelo verbo. Como nota Baratin (1989: 20) acerca das conjunções, “um elemento que une partes de um conjunto não pode ser ele mesmo uma parte desse conjunto, porque seria, ao mesmo tempo, o que une e o que é unido: seria contraditório”.

☞ A nomenclatura pode ser (e normalmente é) enganadora, quando trabalhamos com épocas tão distantes, sobretudo quando os testemunhos de uma obra nos chegaram em mau estado (no caso da *Poética*, a mutilação do texto é enorme, e partes inteiras se perderam. Uma dessas partes perdidas inspirou o romance de Umberto Eco – *O nome da rosa*).

A **conjunção** parece ser aqui mais do que um tipo específico de palavra, pois abrange: (a) um conceito semelhante ao de *coesão*, e, nesse sentido, “a *Ilíada* é uma unidade por conjunção” (*Poét.* 20, 13); e (b) a sinalização explícita da coesão por meio de palavras específicas.

O erudito latino Varrão (116-27 a.C.) retoma as duas *partes* de Aristóteles e as reelabora, em termos estritamente gramaticais, num sistema de **quatro** elementos ou *palavras variáveis*⁷. Define as classes com relação às categorias Caso

⁵ Assim, embora o nome *Teodoro* seja formado de *théos* ‘deus’ e *dóron* ‘presente’, “em Teodoro, o elemento *doro* não apresenta significado” (*Poét.* 20, 8).

⁶ Em *De Interpretatione*, Aristóteles define o nome como “um som vocal, possuidor de uma significação convencional, sem referência ao tempo, cujas partes não apresentam significação caso tomadas separadamente.”

⁷ Varrão (*De Lingua Latina* VIII, iii, 9) distingue dois tipos de palavras: *fecundum* e *sterile*. Ao primeiro tipo pertencem aquelas que podem dar origem a diferentes formas por flexão, como *lego* ‘reúno’, *legi* ‘reuni’, *legam* ‘reunirei’. Ao segundo tipo pertencem aquelas que não podem ser flexionadas, como lat. *et* ‘e’, *iam* ‘já’, *vix* ‘dificilmente’, *magis* ‘mais’, *cur* ‘porque’, ou *cras* ‘amanhã’: “Duo enim genera verborum, unum *fecundum*, quod declinando multas ex se parit disparilis formas, ut est *lego legi legam*, sic alia, alterum genus *sterile*, quod ex se parit nihil, ut est *et iam vix cras magis cur*.” O tratamento de um desses tipos como *palavras variáveis* é uma simplificação a que procedemos neste texto.

e Tempo: o *nome*⁸ (ou *appellandi* ‘que nomeia’), que tem Caso, mas não Tempo; o *verbo* (ou *dicendi* ‘que declara’), que tem Tempo, mas não Caso; o *participio* (ou *iungendi* ‘que une’), que tem Caso e Tempo; e o *advérbio* (ou *adminiculandi* ‘que apoia’), sem Caso nem Tempo.

Estoicos (ca. século II a.C.), como Crisipo (ca. 280-207 a.C.) e Diógenes de Babilônia (ca. 240-152 a.C.), reconheceram **cinco** classes: mantiveram o *verbo*, a *conjunção* e o *artigo* e subdividiram os nomes no que poderíamos chamar *nomes próprios* e *nomes comuns*, com base na diferente declinação e na possibilidade de formação de patronímicos a partir dos primeiros, mas não destes últimos.

Várias outras possibilidades quanto ao número de partes do discurso foram propostas, como, por exemplo, um sistema de **11 partes**, que distinguia como classes independentes (e não como subdivisões no interior de uma dada classe) formas finitas⁹ e não finitas do verbo, nomes próprios e comuns, além de destacar do grupo dos advérbios as partículas enfáticas (vide Matthews, 1994: 29-43).

O sistema que se fixou e que seguiria quase sem modificações até a Baixa Idade Média tinha **oito** partes (vide Matthews, 1994: 38). Segundo Matthews (*id. et ibid.*), o esquema padrão proposto pelos gramáticos gregos foi **nome, verbo, participio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção**, que deveriam ser focalizados nas gramáticas nessa exata ordem.



A justificativa para essa ordem de exposição está apresentada na *Sintaxe* de Apolônio Díscolo (século I-II), e seguia a *oração perfeita* (*Sint. I, 14*). *Nomes* precedem *verbos* porque as entidades têm existência anterior às ações que executam ou sofrem (*Sint. I, 16*). Seguem-se os *participios*, que são “a transformação do verbo em formas flexivas” (*Sint. I, 21*). Os *artigos* relacionam-se com os nomes, com as formas de infinitivo e com os participios; antecedem os *pronomes* porque estes substituem os nomes, em vez de se juntarem a eles (*Sint. I, 23-25*). A *preposição* vem antes do *advérbio* porque se antepõe às partes da oração (*Sint. I, 26*), ao passo que o advérbio “funciona sintaticamente como adjetivo do verbo”, que é o segundo elemento da exposição. A *conjunção* vem por último porque não tem significado, e apenas relaciona os demais elementos (*Sint. I, 28*).

A tradição latina, com Donato (ca. 330), talvez o mais estudado dos gramáticos latinos, também manteria oito classes: **nome, pronome, verbo, advérbio,**

⁸ Na verdade, Varrão não dá nome às classes: apenas menciona que alguns as denominam, respectivamente, *appellandi*, *dicendi*, *iungendi* e *adminiculandi*: “Quod ad partis singulas orationis, deinceps dicam. Quoius quoniam sunt divisiones plures, nunc ponam potissimum eam qua dividitur oratio secundum naturam in quattuor partibus: in eam quae habet casus et quae habet <tempora et quae habet> neutrum et in qua est utrumque. Has vocant quidam appellandi, dicendi, adminiculandi, iungendi” (*De Lingua Latina*, VIII, xxiii, 44).

⁹ Uma *forma finita* é aquela “limitada” por Tempo/Modo, Número/Pessoa. Em suma: é uma forma verbal que pode ser a única da frase: *comemos* é uma forma finita; *comendo* não.

participio, conjunção, preposição e interjeição. O artigo, inexistente em latim, emprestou por vezes sua denominação ao que atualmente consideramos pronome¹⁰, e a interjeição, antes agrupada nos advérbios, foi destacada destes na medida em que não se subordinava diretamente ao verbo (Matthews, 1994: 38-39). Vamos a uma visão breve das classes na tradição greco-latina.

As principais partes do discurso na tradição greco-latina da Antiguidade, isto é, aquelas essenciais na construção de uma proposição, são o **nome** e o **verbo**, que representam, respectivamente, o argumento e o predicado mais simples. O *nome* designa as entidades, ou seres, tem Caso, mas não Tempo ou Modo; o *verbo* indica as ações executadas ou sofridas (‘experimentadas’) pelos seres, e contém a indicação de Tempo, de Modo, de Voz mas não a de Caso.



O termo **nome** designa, em geral, atualmente, os **substantivos**, que se constituem numa classe independente daquela dos **adjetivos**. Assim, por exemplo, para Platão¹¹, os **nomes** opunham-se aos **verbos**¹². Parece que estamos dizendo o mesmo que os estudiosos atuais. Note-se, porém, que os atuais **adjetivos** e **verbos** ficavam, para Platão, sob o mesmo rótulo: eram palavras que podiam expressar a ação ou a qualidade predicada, ao contrário dos **nomes**, que nomeavam as coisas sobre as quais algo era dito. Para os gramáticos alexandrinos, dos quais Dionísio da Trácia (170-90 a.C.) é talvez o mais famoso, e para alguns autores recentes, como Câmara Jr. (1904-1970), por exemplo, os **nomes**, como classe, opõem-se aos **verbos**. Parece repetição de Platão? Pois não é: os **nomes** abrangem, neste caso, **substantivos** e **adjetivos**. São elementos de “valor estático” (Câmara Jr., 1968: 280), ao contrário dos verbos, que indicam “processos” (*id. et ibid.*), além de expressarem, por concordância, as categorias gramaticais do substantivo.

A classificação tripartite *nome, verbo, adjetivo* aqui adotada remonta à Idade Média: o nome tem independência sintática (*i.e.*, pode ser empregado sozinho com significado), ao passo que o adjetivo se junta (*adiacentis*) ao substantivo (vide Robins, 1967: 67).

¹⁰ No sistema de Varrão (*De Lingua Latina*, VIII, xxiii, 45), são *artigos* os extremos de uma escala de [± definido] para as palavras que nomeiam, a qual poderia ser assim representada:

+indefinido	quase indefinido	quase definido	+definido
(<i>provocabulum</i>)	(<i>vocabulum</i>)	(<i>nomen</i>)	(<i>pronomen</i>)
pron. indef.	nome comum	nome próprio	demonstrativo
	└ (nominatus ‘denominações’) ┘		
	└ (articuli ‘artigos’) ┘		

¹¹ Procedemos aqui a uma simplificação: o termo utilizado por Platão é *rhēma*, mas, como nota Hovdhaugen (1982: 24), “a exata interpretação dos termos [ónoma e rhēma] está longe de ser óbvia”. Por vezes o texto platônico parece indicar que *rhēma* pode ser traduzido como ‘predicado’ e não como ‘verbo’.

¹² É este o sentido de *verbo* que se apresenta na etimologia do termo *advérbio* (<lat. ‘unido a, que modifica o verbo’).

O **particípio**, ao contrário do que se faz atualmente, era considerado uma classe distinta do verbo, a qual *participava* das características do nome (a ausência de Modo, e a presença de Caso e Gênero) e das características do verbo (a indicação de Tempo, que permitia classificá-lo em *particípio presente* ou *particípio passado*, e o fato de suas flexões serem derivadas do verbo).

O **artigo** tinha flexão (Caso, Número e Gênero) e sua principal função era anteceder o nome, embora pudesse combinar-se também com o particípio e com o infinitivo. No primeiro caso seu uso é anafórico, uma vez que indica haver menção anterior do nome (*Sint. I, 43*)¹³.

O **pronome**, que se flexiona para Caso, Gênero, Número e Pessoa, não se combina com o nome, como o artigo o faz, antes substitui o nome. Ou melhor, segundo Apolônio Díscolo, na terceira pessoa, por ser *anafórico*¹⁴, substitui não o nome sozinho, mas o Artigo e o Nome (*Sint. I, 25*). Já na primeira e na segunda pessoa é *dêitico*, i.e., aponta o referente (*Sint. I, 40-45*). Os casos oblíquos do pronome representam, nessa tradição, um problema extra: a acentuação, que os faria funcionar como uma sílaba de outra palavra (*Sint. I, 54-102*).

A **preposição** antepõe-se ao nome e, completariam os modistas séculos mais tarde, já na Idade Média, “relaciona a palavra flexionada em caso, a que sintaticamente se liga, ao verbo ou particípio” (Robins, 1967: 67); o **advérbio** relaciona-se ao verbo que está antes ou depois dele, e é indeclinável. Por fim, a **conjunção** liga elementos, embora não quaisquer elementos. Assim, não se pode unir elementos díspares como um nome e um verbo (como em ‘*Trifon e ler*’), mas elementos de mesma classe (‘*Trifon e Téó*’) ou semelhantes, como nome e pronome.

As classes estabelecidas no estudo do grego e do latim foram estendidas para o estudo de outras línguas e ainda hoje nos são familiares desde os primeiros anos de colégio, embora com modificações e refinamentos. Afinal, a gramática do latim não é idêntica às das outras línguas do mundo, e detalhes de classificação foram discutidos e rediscutidos ao longo de séculos.

A ausência, nos vernáculos, dos traços formais que entravam na caracterização das partes do discurso nas línguas clássicas levaria as definições a mais e mais se apoiarem nas noções expressas por elas. E este caminho levaria ao questionamento das definições e das próprias classes, embora, por vezes, levasse à postulação de elementos abstratos.

¹³ Se dizemos *o rapaz*, em princípio espera-se que tenha havido menção anterior a esse rapaz específico. Autores como Apolônio Díscolo reconheceram outras propriedades do artigo, como a expressão de pluralidade, de importância em relação a outros seres da mesma categoria, ou ainda de quantificação única, se junto a um possessivo (para uma revisão, vide Matthews, 1994: 81).

¹⁴ Por **anafórico** entende-se que não tem referência independente, mas ligada a um termo antecedente.

Os nomes no português ou no espanhol, por exemplo, não têm Caso expresso morfologicamente, como acontecia nas línguas clássicas. Como vimos, este era um traço importante na caracterização das partes do discurso para os autores clássicos. Antônio de Nebrija (1441-1522), autor da primeira gramática castelhana (1492), de modo semelhante a linguistas na atualidade, veria as marcas morfológicas como uma das possibilidades da expressão do Caso: o latim tinha Caso e declinação; o espanhol tinha Caso, mas este funcionava apenas na sintaxe, uma vez que o espanhol não tem declinação de nomes¹⁵.

De um modo geral, podemos dizer que as classes do esquema tradicional foram mantidas em parte na atualidade: separou-se o adjetivo do nome, manteve-se o verbo (incluído aqui o particípio) e, por vezes, o advérbio. As grandes divergências com relação ao elenco de classes do esquema canônico clássico se dão no nível das chamadas *classes menores*. Deve-se notar, porém, que a classificação das palavras deixou de basear-se em critérios semânticos e passou a ter por fundamentos critérios distribucionais, funcionais e sua categorização. A diferença de foco está, até certo ponto, refletida na nomenclatura: o uso da expressão **classe de palavras**, em lugar de *parte do discurso*, procura assinalar a ruptura com as noções que norteavam os estudos tradicionais. Isto não significa que não se reconheça que a maioria dos nomes de pessoas, coisas e lugares, por exemplo, ocorra na classe dos nomes; o que importa é que deixa de ser problema o fato de considerarmos nome algo que não se encaixe muito bem nessa definição. Deixam-se de lado, por conseguinte, as intermináveis discussões acerca de se devemos ou não considerar nome uma palavra como *honestidade* (é nome de uma ‘coisa’?), ou uma palavra como *azul* (não é nome de uma cor?).

No que se segue, assume-se: (a) que todas as línguas têm classes de palavras; (b) que há palavras que pertencem a conjuntos, em princípio, ilimitados, e palavras que pertencem a conjuntos que são finitos; e (c) que o significado daquelas diz respeito à experiência no mundo, e o destas, na maioria das vezes, é quase nenhum.

7.3. A classificação em partes do discurso

Ao falarmos em *classes menores* e em *classes principais* tomamos como pano de fundo uma distinção que, em última análise, confere primazia às palavras consoante o tipo de significado que têm. Há outras implicações, de que trataremos adiante. Estreitamente ligada à questão do significado está a possibilidade de uma palavra servir de base à formação de novas palavras.

¹⁵ Nebrija (1492: livro 3, cap. 6, fol c3): “Declinaciõ del nõbre no tiene la lèngua castellana salvo del numero de uno al numero de muchos”. E no fõlio seguinte: “Los casos eñl castellano sõ eñco”.

7.3.1. Quanto ao tipo de significado: significado lexical e significado gramatical

Voltemos por um instante aos elementos da proposição simples segundo Aristóteles. Sua classificação tomava por base o fato de um elemento poder ser interpretado semanticamente quando em isolado. Era o ponto de partida: ‘aquilo que se fala’ sobre ‘algo’.

Significado, nesse contexto, deve ser entendido como a referência ao “ambiente biossocial”, à “significação externa”, para usarmos a expressão de Mattoso Câmara Jr. (1968: 342; 296), ou seja, àquilo que denominamos tecnicamente **significado lexical**. Os nomes, os adjetivos, os verbos e os advérbios são palavras que, sozinhas, referem, basicamente, seres, qualidades, estados, ações, ou condições que os afetam, como modo, tempo, lugar.

Por seu turno, os elementos “sem significado” podem ser compreendidos como tendo um tipo diferente de significado. *O, um, de, que, ele, este, quando* são considerados *palavras* porque se reconhece terem alguma autonomia. Dizemos “alguma autonomia” por duas razões bem distintas: ou porque tais elementos não podem constituir-se na única palavra de um sintagma – como acontece com os artigos, por exemplo –, ou porque somente podem ser interpretados quando em relação com outros elementos do enunciado – caso dos relativos, conjunções e reflexivos, por exemplo. Se tomarmos tais palavras em isolado é difícil dizer o que significam. Esses elementos evidenciam relações gramaticais quer dentro da oração, quer entre orações.

Quando dizemos em português algo como *o livro de Tomás*, pensamos numa relação que se estabelece entre dois nomes – de ‘posse’, se o livro pertence a Tomás, mas algo como ‘origem’, se o livro foi escrito por Tomás. É a preposição que expressa tal relação. Mas se tomamos a preposição *de* apenas, fora do exemplo, e procuramos descrever seu significado, já não nos parece tão fácil a tarefa. É que seu significado decorre, principalmente, ou exclusivamente, do contexto em que está inserida, como podemos concluir da comparação das ocorrências de *de* nos exemplos a seguir, em (7.4). Os significados indicados entre parênteses para cada ocorrência têm por fonte Cunha (1972: 523) e Bechara (1999: 312-313):

- | | |
|-------------------------------------|---------------------------------|
| (7.4) a. <i>Ele partiu de Paris</i> | (movimento no espaço) |
| b. <i>Ele voltou de Paris</i> | (movimento no espaço) |
| c. <i>Sou do Rio</i> | (origem) |
| d. <i>Sou da mamãe</i> | (posse) |
| e. <i>Muro de pedra</i> | (matéria) |
| f. <i>Regimento de cavalaria</i> | (definição) |
| g. <i>Vou de carro</i> | (meio) |
| h. <i>Gosto de pizza</i> | (introduz complemento de verbo) |
| i. <i>Morreu de parto</i> | (causa) |
| j. <i>De dia</i> | (tempo) |

É difícil definir o significado de *de* se excluirmos o ambiente em que se insere. Daí dizer-se que tais palavras têm **significado gramatical**. Preposições/posposições, conjunções, artigos, pronomes, verbos auxiliares, cópulas fazem parte deste segundo grupo.



Novamente procedemos a uma simplificação. Nem todas as preposições são semelhantes a *de* no que diz respeito ao significado. Como nota Berg (1998), *ante, após, até, contra, desde, entre, perante, sem, sob* aproximam-se de advérbios. *Contra*, por exemplo, significa ‘noção de oposição’; *sem*, ‘subtração, ausência’.

Desta distinção entre os tipos de significado que as palavras podem expressar, aliada a características sintáticas e morfológicas, decorre uma divisão das palavras em dois grandes grupos: as *palavras lexicais* e as *palavras funcionais*¹⁶.

As palavras que têm significado lexical são rotuladas *palavras lexicais*, ou *palavras de conteúdo*, ou ainda *palavras plenas* ou *contentivos*. As palavras que têm significado gramatical são as *palavras funcionais*, também denominadas *palavras gramaticais, palavras estruturais, palavras vazias, palavras instrumentais* ou *functores*.



Embora cada um desses conjuntos seja formado por termos relativamente sinônimos, parte dos elementos de um grupo costuma formar par com um elemento do outro grupo. Vejamos:

palavra de conteúdo vs. palavra de forma; palavra lexical vs. palavra gramatical; palavra plena vs. palavra vazia; contentivo vs. functor

Para alguns autores, como Câmara Jr. por exemplo, *palavra* é termo mais restrito que *vocábulo* e é sinônimo de *vocábulo lexical*. Opõe-se a *vocábulo gramatical*.

A diferença entre os tipos de significado fundamentou a distinção entre *morfemas gramaticais* ou *afixos* e *morfemas lexicais* ou *semantemas* ou *raízes*. A significação do vocábulo resulta da soma dos significados desses elementos, pela *composicionalidade*¹⁷. A raiz guarda o significado lexical. As palavras que têm raízes são aquelas que, na maioria das vezes, podem servir de base ao vocabulário novo que vai sendo criado numa língua.

Palavras como *de*, no entanto, são desprovidas de raízes; por essa razão são referidas muitas vezes como *morfemas* (e nesse sentido, nos apropriando da nomenclatura

¹⁶ Preferimos a denominação *palavra funcional* em razão de termos empregado *palavra gramatical* com outra acepção (cf. 5.2.4).

¹⁷ Princípio descritivo segundo o qual o significado de uma expressão, seja uma palavra, um sintagma ou uma frase, resulta dos significados de suas partes formadoras.

de Varrão, são *estéreis*). Os afixos flexionais e derivacionais concentram o significado gramatical. São formas que refletem o funcionamento de uma língua particular. Seu significado se estabelece no interior da gramática, e, por essa razão, quando se procura traduzi-lo, temos glosas como 'relação' (*campal, escolar, aromático*) 'posse' (*solarengo*), 'referência' (*dantesco, mourisco*), 'agente' (*jogador, regador*), 'noção coletiva e de quantidade' (*cardume, negrume*) (dados de Cunha, 1972: 112-113). Compare essas glosas com as que daríamos a formas como *gato, pão, astrólogo*.

Se o conteúdo lexical costuma estar expresso nas raízes, e o gramatical nos afixos, é bom frisar, no entanto, como fez Sapir, que isso nem sempre acontece, e que as línguas podem tratar um mesmo conceito de modos diferentes. O esquimó, o nutka e o iana, por exemplo, "têm centenas de sufixos, e muitos cuja significação é tão concreta que, na maioria das outras línguas, teria de expressar-se por meio de radicais" (Sapir, 1921: 74-75). Em nutka, qualquer palavra "é absolutamente incapaz de composição, no sentido que damos a este termo. Constrói-se, invariavelmente, de um só radical e maior ou menor número de sufixos, cuja significação pode ser quase tão concreta quanto a do próprio radical" (Sapir, 1921: 73).

☞ Quando saímos do nível da palavra e passamos para o nível do morfema, a distinção entre significado gramatical e significado lexical parece tornar-se mais difusa. Como nota Basílio (1974b: 89 – ênfase no original), "se *pequeno* é considerado como lexical, seria o sufixo *-inho* assim considerado? Se *pequeno* não for considerado como lexical, devemos admitir que não tem raiz ou que nem toda raiz tem significado lexical ou que *-inho* também é raiz".

Além do mais, para alguns elementos, sejam raízes ou afixos, é muito difícil estabelecer qualquer espécie de significado, como vimos anteriormente, na seção 4.2. Raízes como *-duz-* (*induzir, deduzir, reduzir*) têm significado lexical? E elementos como vogais temáticas e vogais de ligação?

As palavras funcionais pertencem a classes fechadas e ocorrem em posição determinada, como os formativos. Assim, uma construção de genitivo, como qualquer daquelas em (7.5), marcada em grego pela desinência casual *-ous* e, no exemplo em inglês, pela configuração (ou por um alomorfe \emptyset do genitivo 's¹⁸), estaria marcada em português pela palavra funcional *de*:

- (7.5) a. gr. *hē oĩkia Sōkrátous*
 b. ingl. *Socrates' house*
 c. port. *a casa de Sócrates*

Em razão de seu papel na estrutura de uma língua, as palavras funcionais formam classes com número restrito e fixo de elementos, como veremos adiante.

¹⁸Quirk et alii (1972: 195).

7.3.2. Quanto à possibilidade de gerar vocabulário: classes abertas e classes fechadas

Tente, por exemplo, listar todos os nomes e todos os artigos do português. A primeira lista será imensa, e a todo momento poderemos acrescentar-lhe novos itens; a segunda, ao contrário, será mínima, e as chances de que possamos adicionar um novo artigo ao português é muito remota. Na primeira lista estarão palavras que, para serem usadas, dependem em muito do tema a tratar, do registro ou do dialeto; artigos, preposições, conjunções, por exemplo, são em grande medida independentes do assunto de que se trata, do registro ou do dialeto.

As palavras que apresentam significado lexical formam, em geral, **classes abertas**, classes em que, em princípio, sempre podem ser acrescentadas novas criações; as palavras que apresentam significado gramatical, por seu turno, formam **classes fechadas**. Vamos em seguida proceder a uma visão rápida dessas classes. Cabe ressaltar novamente que os inventários de classes não são os mesmos para todas as línguas (*vide* seção 7.1).

7.4. As classes abertas

São quatro os tipos de palavras que, em geral, formam classes abertas: *nome, verbo, adjetivo, advérbio*. Vamos focalizar brevemente cada uma no tocante: (a) à noção expressa; (b) às funções que exerce. Trataremos em separado, no capítulo seguinte, de sua categorização.

7.4.1. O nome (N)

É neste grupo que ocorre a maior parte dos nomes de pessoas, coisas, lugares, isto é, o nome para "os seres em geral" (Lima, 1957: 66). Sua função mais comum é a de funcionar como argumento (7.6a) ou como núcleo de argumentos (7.6b), embora também seja possível sua ocorrência como predicado, com ou sem cópula, como, respectivamente, em português e em russo (7.6 c-d):

- (7.6) a. *João* dorme.
 b. Os *meninos* comeram todas as *frutas*.
 c. Eles são *professores*.
 d. Oni u *čitelja* (Schachter 1985: 7)
 eles *professores*
 'eles são professores'

☞ O uso dos termos *argumento* e *predicador*, no lugar da denominação mais tradicional *sujeito*, *objeto*, *predicado*, tem sido adotada em linguística para evitar problemas quando se focalizam línguas em que o sujeito não é necessariamente identificado com o agente, ou o objeto com o paciente. Assim, uma frase como *O menino quebrou a janela* teria dois argumentos:

<i>O menino</i>	<i>quebrou</i>	<i>a janela</i>
argumento externo	predicador	argumento interno

7.4.2. O verbo (V)

Nesta classe ocorre o maior número de palavras que expressam ações e processos, “isto é, um acontecimento representado no tempo” (Cunha, 1972: 367). Sua função típica é a de predicado, embora haja línguas em que o verbo possa funcionar como argumento (Schachter, 1985: 9).

Uma vez que nomes podem funcionar como predicados e verbos podem servir de argumento, a distinção entre nome e verbo pode tornar-se sutil. Tão sutil a ponto de ser negada. Vamos àquela que é talvez a língua mais citada como evidência de que a distinção nome-verbo não é universal: o nutka, língua wakashan do NO do Canadá. Em Schachter (1985: 11ss) e em Anderson (1985b: 154ss) apresentam-se reanálises em que a distinção nome-verbo é mantida, ambas remetendo ao trabalho de William H. Jacobsen Jr. (1976)¹⁹.

A proposta de que a essa língua faltava tal distinção partiu de exemplos como aqueles em (7.7), retirados de Schachter (1985: 11):

(7.7) a. Mamuk -ma qu'as-'i
trabalhando-PRES(IND) homem-DEF
'O homem está trabalhando'

b. Qu'as-ma mamuk-'i
homem-PRES(IND) trabalhando-DEF
'Aquele trabalhando é um homem'

Os exemplos mostram que tanto *qu'as* como *mamuk* podem funcionar como sujeito (e parecem, pois, com um nome) ou como predicado (e assemelham-se a um verbo), e podem ser categorizados para Tempo ou Definitude, marcas típicas de

¹⁹ A referência do texto, a que não tivemos acesso, é a que se segue: Jacobsen Jr., William H., 1976. Noun and verb in Nootkan. In: Efrat, Barbara S., ed. 1979. *The Victoria Conference on Northwestern Languages*. Victoria: British Columbia Provincial Museum. p. 83-155. (British Columbia Provincial Museum, Heritage Record, nº 4).

verbos e de nomes, respectivamente. Em lugar de nome-verbo, a língua apresentaria raízes flexionadas ou raízes não flexionadas (Hockett, 1958: 224-225).

As revisões nessa análise mostraram: (a) que as partículas indicadoras de Tempo não eram desinências verbais, mas clíticos de segunda posição e que, por conseguinte, apoiavam-se na primeira palavra da frase, fosse ela qual fosse; e (b) que as raízes nominais, como *qu'as*, podiam funcionar como argumentos com ou sem o afixo -'i; mas raízes verbais, como *mamuk*, somente podiam ser argumentos se sufixadas.

A mesma argumentação parece poder ser aplicável à análise de Kinkade (1983) sobre três línguas salish quase extintas, o alto chehalis, o columbiano e o cowlitz²⁰. Kinkade argumenta que nessas línguas há somente 'predicados' e 'partículas', e que aqueles “podem ser traduzidos para o inglês quer como um nome simples, quer como uma sentença equativa com um 'it' vazio (dummy) como sujeito, com o todo indicando um estado em vez de uma entidade” (1983: 28): uma palavra como *sq'a' xn* pode ser traduzida como 'sapato', mas também como 'é um sapato'. O próprio autor nota, porém, que a dificuldade em aceitar o banimento da distinção entre nome e verbo nessas línguas é, novamente, a presença de partículas determinantes (ou melhor, 'elementos dêíticos') que se restringem a palavras que não são predicados, elas próprias podendo funcionar como predicativos (1983: 34).

Diferença sutil essa apontada entre ambas as classes? Bastante, se as compararmos com os nomes e verbos do português: as semelhanças são “quase impossíveis”, para usarmos a qualificação de Sapir. Nomes e verbos de algumas línguas parecem, portanto, mais nomes e verbos que os de outras.

7.4.3. O adjetivo (A)

É neste grupo que ocorre a maior parte das palavras que indicam atributos ou qualidades. Nas línguas que apresentam o **adjetivo** como uma das *classes maiores*, esse conteúdo semântico é constante (Dixon, 1977: 20). Os adjetivos funcionam como modificadores do nome (7.8a) ou como predicados (7.8b):

(7.8) a. O cavalo branco
b. O cavalo é branco

Segundo Dixon (1977: 20-21), a classe dos adjetivos pode não existir numa língua – diferentemente, portanto, do português e das demais línguas românicas –, ou existir como uma classe fechada, composta por um conjunto que varia de menos de dez, como em igbo, a cerca de cinquenta e poucos adjetivos, como nas línguas bantas. Nos casos em que a língua apresenta uma classe fechada de adjetivos, estes dividem-se preferencialmente por quatro tipos semânticos que indicam *dimensão*

²⁰ O alto chehalis e o cowlitz tinham dois falantes em 1990, e o columbiano, menos de 75 (Grimes, ed, 1996: 136-137).

(como 'grande', 'pequeno'), *cor* (como 'preto', 'branco'), *idade* (como 'novo', 'velho'), *avaliação* (como 'bom', 'mau'). São menos prováveis, nesse caso, adjetivos que indiquem *posição* (como 'alto', 'baixo'), *propriedades físicas* ('duro', 'macio') ou *propensões humanas* ('gentil', 'cruel'), ou ainda *velocidade* ('lento', 'rápido'). Apresenta-se em (7.9) a seguir a lista completa dos adjetivos do igbo, língua cuá falada no SE da Nigéria:

(7.9)	<i>ukwu</i>	'grande'	→	dimensão	<i>ojii</i>	'preto, escuro'	→	cor
	<i>nta</i>	'pequeno'	↘		<i>oca</i>	'branco, luminoso'	↘	
	<i>ohuru</i>	'novo'	→	idade	<i>oma</i>	'bom'	→	avaliação
	<i>ocye</i>	'velho'	↘		<i>ojoo</i>	'mau'	↘	

Em razão de casos como esse, dizer-se que palavras lexicais formam sempre classes abertas é fazer uma afirmação simplificadora.

7.4.4. O advérbio (Adv)

Pelo rótulo **advérbio** respondem palavras que indicam direção/local, tempo, modo, intensidade. Não há aqui a mesma homogeneidade semântica que vimos nas outras três classes. Aliás, a tradição incluiu entre os advérbios vários tipos de elementos que podem ser vistos como constituindo diversas 'classes menores'. (Para uma revisão da literatura sobre o advérbio em português, *vide* Reis, 1997).

Funcionalmente, os advérbios são modificadores por excelência, mas não do nome. No português, modificam além do verbo ou do SN, o adjetivo, outro advérbio, além da própria sentença. Ilari *et alii* (1991: 85-87) expandem o conceito de advérbio para abranger elementos "com funções próprias na organização discursiva", como *agora, então, aí, inclusive*:

- (7.10) a. *Agora*, eu não gostei nada de ouvir isso.
b. *Inclusive* ele desmentiu.

Em geral, os advérbios modificadores da sentença expressam a atitude do falante em relação àquilo de que fala (7.11a); os que modificam o verbo ou o SN expressam tipicamente tempo, lugar, direção, modo (7.11b); os que modificam o adjetivo ou outro advérbio (7.11c) costumam expressar grau (Schachter, 1985: 20):

- (7.11) a. *Felizmente* ele não estava mais aqui.
b. Falava *lentamente*.
c. É *extremamente* rico.

Ao contrário do nome, do verbo e do adjetivo, o *status* do advérbio como classe independente dos adjetivos é frequentemente questionado. Para

alguns autores, como Emonds (1976)²¹, Reis (1997), exemplos como *a cerveja que desce redondo/ redondamente/ redondissimamente* ou *bola redonda/ redondíssima/*redondamente*, a classe de *redondo* seria a mesma, adjetivo, e se adverbilizaria ou não na sintaxe.

Nem todos os subconjuntos de advérbios formam classes abertas. Em português, por exemplo, a formação de novos advérbios, especialmente de modo, se faz com o sufixo *-mente*, a partir de adjetivos. Para as noções de tempo e espaço a produtividade é quase inexistente²².

7.4.5. As categorias lexicais de Chomsky (1981): N, V, A

Em *Lectures on government and Binding*, Noam Chomsky (1981: 48) parte da tradição gramatical e assume a divisão entre *substantivos*, aí incluídos nomes e adjetivos, a que atribui como característica o fato de terem o traço [+N], e *predicados*, caracterizados pelo traço [+V], para propor um sistema de *categorias lexicais* – N, V e A. O que caracteriza [+N] é ter caso e papel temático, ao passo que [+V] é caracterizado por atribuir caso e papel temático. O resultado das combinações desses traços lembra o sistema proposto por Varão, que vimos anteriormente (embora, obviamente, num quadro de pesquisas bem diverso):

N: [+N, -V]	V: [-N, +V]	A: [+N, +V]
-------------	-------------	-------------

A quarta possibilidade de combinação de traços nos dá a preposição, que Chomsky não considerou, em princípio, uma categoria lexical²³.

P: [-N, -V]

Uma das implicações desse conjunto de traços é que com eles podemos prever as **classes naturais**, isto é, que categorias têm mais probabilidade de funcionar de modo semelhante. Esperamos que N e A possam participar de algum tipo de generalização, uma vez que ambos são 'nominais'. Nos exemplos apresentados em (7.2), a distinção entre N e A 'neutraliza-se' em favor do N. Do mesmo modo, A e V têm em comum o fato de poderem ser predicados; também frequentemente

²¹ Emonds, R. J., 1970. *Root and structure-preserving transformations*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, *apud* Jackendoff, 1977.

²² Os advérbios novos que Sandmann (1989: 76ss) apresenta são advérbio de modo.

²³ Chomsky (1981: 48): "Assim, temos um sistema baseado nos traços [±N], [±V], em que [+N, -V] é nome, [-N, +V] é verbo, [+N, +V] é adjetivo, e [-N, -V] é preposição, os três primeiros sendo categorias lexicais.

participios podem tornar-se adjetivos. Em chinês, por exemplo, a distinção V-A não é nítida. Um ‘adjetivo’, ou melhor; um ‘verbo adjetival’, ocorre com a mesma partícula *de* que acompanha o N:

- (7.12) a. *kāixīn* -*de* rén (Li & Thompson, 1990: 827)
feliz NOMINALIZAÇÃO pessoa
‘pessoas que são felizes’
- b. *chi* *ròu* *de* rén
comer carne NOMINALIZAÇÃO pessoa
‘pessoas que comem carne’

Por seu turno, V e P podem atribuir caso. Também em algumas línguas, por exemplo, o V assume papéis que, em português, seriam da P, como bem demonstra Sapir (1921: 121).

Quaisquer categorias que compartilhem um mesmo traço formam uma *classe natural*. Esses traços são, por definição da teoria, universais.

Voltando à questão da diferença entre V e N que vimos atrás, a partir da proposta de Chomsky esperamos que N e V sejam duas categorias distintas, uma vez que não compartilham traços.

7.5. As classes fechadas

Os estudos tradicionais dedicaram muita atenção às palavras lexicais. Elas são em maior número nas línguas, carregam significado, geram vocabulário novo. Seus *acidentes* nos dão as tábuas de conjugação e de declinação, que ocupam boa parte das gramáticas. Os estudos de sintaxe têm, no entanto, demonstrado a importância das palavras funcionais: elas são índices de propriedades gramaticais que fazem a diferença entre as línguas. Mesmo se pareçam não ter grande papel: caso das chamadas *línguas isolantes*, como o chinês (7.13), nas quais as relações se estabelecem basicamente pela ordem das palavras no enunciado, e das *polissintéticas*, como o tiwi (7.14), língua australiana, em que a incorporação forma as extensas palavras que caracterizam tais línguas:

- (7.13) *tā* *qù* *zhōngguó xué* *zhōngguó huà* (Li & Thompson, 1990: 825)
ele/a ir China aprender China pintura
‘Ele/a foi para a China para aprender pintura chinesa’

- (7.14) *ngirruunthingapukani* (Crystal, 1987: 293)
ngi - *rru* - *unthing* - *apu* - *kani*
1SG PAS por algum tempo comer repetidamente
‘continuei comendo’

A importância que as palavras funcionais vêm assumindo em virtude dos estudos de sintaxe e o maior conhecimento acerca das línguas do mundo têm levado a um redimensionamento nas classes propostas. Daí o surgimento de nomenclatura variada, que pode ser um obstáculo para aqueles que estudaram línguas sempre pelas descrições tradicionais. Por vezes os elementos que pertenciam a uma única classe na descrição tradicional passam a ser distribuídos por classes distintas.

Passamos, em seguida, a apresentar sucintamente 16 classes fechadas. Na sua maioria não fazem parte do elenco tradicional, embora sejam comuns nos trabalhos atuais de linguística: *pró-formas* (*pronome, pró-adjetivo, pró-advérbio, pró-verbo, pró-oração e pró-sentença*), *elementos qu-*, *clíticos, marcadores, determinantes, classificadores, auxiliares, cópulas e predicadores, conjunções, complementizadores, relativizadores e adverbializadores, preposições/posposições, ideofones, interjeições*.

7.5.1. As pró-formas

Pró-forma é a denominação que engloba as palavras que substituem ou uma palavra lexical, ou um sintagma, ou mesmo uma oração ou sentença.

Os **pronomes** substituem nomes ou sintagmas nominais. Vários tipos de pronomes são reconhecidos de há muito: *pessoais, reflexivos, recíprocos, demonstrativos, relativos*. Não nos deteremos aqui nessas subclasses.

Pró-adjetivos, pró-advérbios e pró-verbos podem substituir, respectivamente, tanto um A, um Adv ou um V, como um SA, um SAdv ou um SV. Um exemplo de *pró-verbo* em português (ou *verbo vicário*, na nomenclatura tradicional) são certos usos de *fazer* em frases do tipo *Ainda não comprei o vestido, mas faço isso hoje*.

A **pró-oração** substitui uma oração. Vejamos alguns exemplos:

- (7.15) a. ptg. Ele vem, *né?*
fr. Il vient, *n'est-ce pas?*
- b. tagalo Ana ruwa, *ko?*
um é chover ou
‘Está chovendo ou não?’
- c. ptg. Eu acho que *sim*.
ingl. I believe *so*.

Entende-se por **pró-sentença** a palavra que pode, em isolado, servir de resposta a uma pergunta polar²⁴, como nos exemplos do português e do francês (7.16a-b), ou a perguntas existenciais que equivalem ou a uma sentença afirmativa ou a uma sentença negativa:

(7.16) a. Você vai à festa? *Não*.
 Você gosta de bolo? *Sim*.

b. Il vient? *Oui*. (Schachter, 1985: 32)
 Il ne vient pas? *Si*.

7.5.2. Os elementos *qu-*

Orações interrogativas diretas ou indiretas, como (7.17 a-b) são introduzidas pelos chamados **elementos qu-**, assim denominados em razão de quase todos começarem por esse dígrafo. A denominação é uma tradução do inglês *wh-* (*who*, *what*, *where*, *when...*).

(7.17) a. *Quem saiu?*
 b. *Não posso imaginar com quem ela saiu.*

São também denominadas **pró-formas interrogativas**.

7.5.3. Os clíticos

No estudo das línguas românicas, o termo **clítico** praticamente tornou-se sinônimo de pronome pessoal átono; no entanto, a denominação é mais geral que isso. As dez proclíticas do grego (Freire, 1997: 153) servem para exemplificar o quanto pode parecer heterogêneo esse grupo, que, ao contrário dos demais, não é definido funcionalmente:

(7.18) a. quatro formas do artigo: *ó, ἡ, οἱ, αἱ*;
 b. três preposições: *ἐκ, (ἐξ), εἰς (εἰς), ἐν*;
 c. duas conjunções: *ὥς, εἰ*;
 d. a negação *οὐ (οὐκ, οὐχ)*.

Ao contrário dos demais tipos de palavras, o clítico: (a) tem uma posição fixa em relação a um outro elemento da oração (que nos dá as *proclíticas* e as *enclíticas*);

²⁴ Por **polaridade** se entende o contraste afirmativo/negativo. Uma pergunta polar terá como possibilidades de respostas *sim* e *não*.

(b) tem posição relativamente fixa em relação a outros clíticos – em português de Portugal (uma vez que no Brasil é construção em desuso), por exemplo, o clítico de dativo antecede o de acusativo: *lha, mo, ta, to* (mas não **alhe, *ome...*); (c) em geral se apresenta sem acento, embora em determinadas condições possa receber acento: as proclíticas gregas são acentuadas se antes de uma enclítica, como em (7.19):

(7.19) a. *εἰ τις* 'se alguém' (Freire, 1997: 153)
 b. *οὐ μοι* 'não a mim'

7.5.4. Os marcadores

Os **marcadores** são elementos que sinalizam uma relação gramatical. Assim, em virtude do paralelo que se faz entre os morfemas de Caso, como, por exemplo, o grego *-ous*, desinência de Genitivo Singular, como em *hē oikia Sōkrátous*, e uma preposição como *de* em *a casa de Sócrates*, que, neste caso, assinala o mesmo tipo de relação, esse tipo de palavra funcional é um marcador, aqui, especificamente, um **marcador de caso**. Reconhece-se, desse modo, que, em línguas como o português, por exemplo, algumas palavras funcionais permitem identificar construções que são expressas flexionalmente em algumas línguas.

O termo *marcador* pode aplicar-se ainda a outros tipos de palavras. Um deles é o **marcador de modo**, palavra que indica a atitude do falante com relação ao que é expresso na frase (como desejo, dúvida – vide n. 2 deste capítulo) ou que solicita algo do ouvinte, como *por favor*, *por gentileza*.

Os **marcadores de polidez** sublinham a atitude do falante em relação ao ouvinte. Em tagalo (Schachter, 1985: 60), *po* e *ho* podem ser empregados em qualquer sentença para torná-la mais polida. Em português, por exemplo, temos não marcadores de polidez, mas um tipo especial de vocabulário para nos dirigirmos a outrem. Assim, de acordo com Cintra (1967: 14-15), o português de Portugal, diferentemente do português do Brasil, distingue: (a) tu; (b) você; e (c) V. Ex^a, o senhor, o senhor Dr., o Antônio, a Maria, o Sr. Antônio, a Sr^a Maria, a D. Maria, etc., que são, respectivamente:

a) Formas próprias da intimidade, b) Formas usadas no tratamento de igual para igual (ou de superior para inferior) e que não implicam intimidade, c) Formas chamadas 'de reverência' – 'de cortesia' –, por sua vez repartidas por uma série muito variada de níveis, correspondentes a distâncias diversas entre os interlocutores.

Em japonês, a escala de polidez envolve até mesmo diferentes termos para 'sim' (Schachter, 1985: 60): *un* (informal), *ee* (polido), *hai* (superpolido).

7.5.5. Os determinantes

Voltando ao exemplo *a casa de Sócrates*, vemos que o artigo definido *a* modifica o nome que o acompanha, uma vez que se pressupõe que o ser nomeado (*casa*) é

conhecido do ouvinte. Além disso, sinaliza a fronteira de um sintagma nominal: ou ocorre na posição inicial do sintagma, como em português, ou se posiciona no final do constituinte, como em iorubá, língua cuá do SE da Nigéria, em que a posição inicial do sintagma é reservada para seu núcleo (Pulleyblank, 1990: 984):

- (7.20) a. a criança
 b. ọmọ náà
 criança a

Artigos, como *o*, *um*, e *demonstrativos*, como *este*, *esse*, *aquele*, são **determinantes**. Para alguns autores, este rótulo está restrito apenas a artigos e demonstrativos. Num uso mais amplo, artigos e demonstrativos são **determinantes referenciais** e destacam-se de dois outros tipos de determinantes: os **quantificadores**, palavras que denotam quantidade, como *todos*, *ambos*, *cada*, *algum* e numerais cardinais; e os **possessivos**, como *seu*, *meu*, por exemplo.

7.5.6. Os classificadores

Algumas línguas exigem que nomes modificados por numerais sejam acompanhados por partículas selecionadas pelo nome, na medida em que o nome refira um ser humano, um animal etc. É o caso do tailandês (exemplos em Schachter, 1985: 39):

- (7.21) deg sɔɔŋ khon
 menino dois CLASS.

 maa saam tua
 cão três CLASS.

7.5.7. Os auxiliares

Os **auxiliares** são verbos que expressam, basicamente, o Tempo, Modo, Aspecto, Voz dos *verbos lexicais* que acompanham.

- (7.22) a. *vou* cantar
 b. *tinha* comprado

7.5.8. Cópulas e predicadores

Cópulas são palavras que expressam a relação existente entre um sujeito e um predicado nominal. Em português, um pequeno conjunto de verbos exerce essa função: *ser*, *estar*, *andar*, *parecer*, *continuar*... Em algumas línguas distingue-se a cópula dos **predicadores** porque estes são empregados quando não há sujeito claramente expresso, como em bembara (Schachter, 1985: 55):

- (7.23) Alamisadon *don*
 quinta-feira PREDICADOR
 'É quinta-feira'

7.5.9. As conjunções

As **conjunções** são palavras que unem elementos “que valem por si só e a sua soma dá a significação global em que as significações dos termos constituintes entram ordenadamente lado a lado” (Câmara Jr., 1968), caso das **conjunções coordenativas**; ou que unem elementos em que um se subordina ao outro, caso das **conjunções subordinativas**.

Segundo Câmara Jr. (1968: 119), alguns autores reservam a denominação *conjunções* apenas para as coordenativas, considerando as subordinativas e as preposições como **conectivos subordinativos**.

7.5.10. Completizadores, relativizadores e adverbializadores

Dentre o conjunto das conjunções subordinativas, costumam-se destacar três tipos.

Completizadores ou **complementadores** indicam que a oração que delimitam é complemento de um verbo, de um nome ou de um adjetivo. São exemplos no português as conjunções subordinativas *que*, *se*, que introduzem orações subordinadas declarativas finitas.

Relativizadores marcam uma oração como relativa, sem, no entanto, exercer qualquer função – e nisso se distinguem dos pronomes relativos.

Adverbializadores, por seu turno, são indicadores de que a oração apresenta função adverbial, como tempo, propósito, resultado (Schachter, 1985: 51).

7.5.11. Preposições e posposições

Preposições e **posposições** são elementos que ocorrem, respectivamente, antes ou depois de um complemento que inclui um nome, pronome, SN ou oração que funciona como um SN e, em conjunto com o complemento, expressam sua relação com outra unidade na oração (SIL- *Linguistic Glossary*).

7.5.12. Os ideofones

Neste grupo estão palavras onomatopaicas que, em diferentes línguas, funcionam como nome, verbo, adjetivo ou advérbio, mas que formam classes fechadas. Em uari, por exemplo, os **ideofones** são numerosos e funcionam como verbos e nomes.

No caso dos verbos, a cadeia sonora reproduz o ruído produzido pela ação; no caso dos nomes, imita vozes de animais, ou ruídos provocado por objetos:

(7.24) **ideofones verbais** (Everett & Kern, 1997: 427-431):

axem 'espirrar'
pa'/parapa 'matar'
we 'vomitar'

ideofones nominais:

ahoo'ahoo 'jaguar'
too 'objeto de metal'

Essas formas podem receber flexões como quaisquer outros verbos ou nomes (Everett, 1998: 702).

7.5.13. As interjeições

Em geral, as **interjeições** são a expressão de emoções e não têm relação sintática com o restante da frase. Podem também apresentar características fonológicas que não estão presentes nas outras palavras da língua: podemos ter cliques na indicação da desaprovação em português, ou uma consoante sem vogal (representável na escrita como *shh*) por exemplo.

É importante notar que, independentemente do número de classes, todas as propostas que foram aqui sumariadas decorrem de um pressuposto fundamental: o de que as línguas têm uma estrutura. Os fenômenos não se aplicam a esta ou àquela palavra, mas a classes.

Podemos perguntar: não estamos trabalhando com morfologia? Que temos a ver com elementos que, em última análise, são constitutivos da *oração* e que deveriam, pois, estar no campo da sintaxe? A resposta é que o reconhecimento das *partes do discurso* decorre não somente de sua distribuição, das funções que podem exercer, ou dos significados que expressam. Depende também de sua **categorização**, isto é, da associação de determinadas propriedades às palavras, tais como Tempo, Caso, Gênero – os fenômenos flexionais.

8

Categorias e flexão

8.1. Introdução

No capítulo anterior vimos que as *partes do discurso* tiveram como um de seus fundamentos a classificação em acordo com o tipo de significado das palavras. Referíamos-nos, então, ao significado que, nos dizeres de Câmara Jr. (1973: 113), faz “referência permanente [...] às coisas e fenômenos do mundo exterior e às sensações, volições e ideias do nosso mundo interior”. É essa “referência permanente”, expressa pelo *significado lexical* (v. seção 7.3.1.), que nos permite, por exemplo, procurar palavras no dicionário, abstraindo a forma específica sob a qual se apresentam. Qualquer semelhança com as *categorias de substância* aristotélicas não é, aqui, mera coincidência.

Há, no entanto, um outro tipo de significado, que se junta à referência ao “mundo dos objetos” (Câmara Jr., 1973: 113, citando Ernst Cassirer) e que se apresenta em conjuntos de elementos semânticos expressos morfologicamente; no âmbito de cada conjunto os elementos semânticos são mutuamente contrastantes (Cairstair-McCarthy, 1992: 174). Estes elementos emprestam *propriedades* “acidentais” à “substância”. São as *categorias gramaticais*.

Focalizaremos neste capítulo as categorias, parte do estudo da flexão ou, na terminologia mais antiga, da *acidência* das palavras.



Tradução do grego *symbainei*, tomado de Aristóteles pelos Estoicos, o termo latino *accidens* tem origem na pergunta *Quot accidunt?* (algo como ‘Que mudanças na forma sofre essa parte do discurso?’) que se seguia à definição de cada parte do discurso. Como nota Bland (1991: 26), referindo L. G. Kelly, “O termo filosófico *acidente* parece apropriado para as flexões das partes do discurso porque os acidentes não afetam a essência das coisas a que aderem; são derivados de sua essência e são [...] sua expressão no mundo real”.

O estudo das categorias gramaticais foi tradicionalmente desenvolvido em conjunto com o das partes do discurso, no estabelecimento das dimensões em que dada classe de palavras podia variar: sem noções como Tempo, Gênero, Número, por exemplo, as palavras ditas variáveis ficariam incompletas.